

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de equipamentos atender as necessidades do departamento de marketing da Secretaria de Turismo, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade;
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico, Decreto Municipal 599/2020, combinado com a Lei 8.666/93;
1.4	Período:	Entrega em 30 dias
1.5	Tipo:	Menor preço por item nos termos da Lei nº. 8.666/93.

2. DA AQUISIÇÃO

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.
01	PROJETOR MULTIMÍDIA: Tipo de Imagem: Imagem Microcomputador (Multimídia); Tipo: portátil; Foco: manual e Auto Foco; Voltagem: 110/220V; Brilho: no mínimo 1800 lumens Tamanho da projeção: de 40" até 120" Garantia: mínima de 36 meses. Características Adicionais: Controle Remoto; frequência 50 a 60 Hz, conexão HDMI, RGB, USB Svídeo e RCA; Wifi, projeção frontal/traseira/teto/mesa. Acompanhado por bolsa de transporte, cabo de alimentação de energia padrão brasileiro, cabo VGA e cabo HDMI com mínimo de 02 (dois) metros.	Unid.	01
02	COMPUTADOR TIPO NOTEBOOK: Tela: De no mínimo 15" polegadas, Sem Interatividade; Memória Ram: de no mínimo 8 GB; Armazenamento: Sem Disco Hdd, mas com Armazenamento SSD superior a 500 GB; Placa de vídeo dedicada offboard de no mínimo 2 GB: Bateria: até 4 Células Alimentação: Bivolt Automática; Sistema Operacional: Windows 10 Professional ou superior, placa de vídeo dedicada. Garantia: mínima de 36 meses.	Unid.	01
03	MICROCOMPUTADOR para edição de vídeo; Gabinete: Tipo torre compatível com a configuração;	Unid.	02

	<p>Memória Ram: no mínimo de 16 GB; Núcleos Por Processador: Superior a 8 núcleos; Armazenamento Hdd: 1 TB; Armazenamento Ssd: de no mínimo 240 GB; Placa de vídeo dedicada offboard acima de 4GB; Sistema Operacional: Windows 10 Professional ou superior; Componentes Adicionais: Com Teclado e Mouse, Garantia: 12 meses.</p>		
04	<p>MONITOR 27" POLEGADAS <i>Características mínimas:</i> Resolução: 1920 x 1080, Full HD Frequência: 144 Hz Tecnologia do painel: IPS Iluminação: White Led</p>	Unid.	02
05	<p>APARELHO TELEVISOR 50" polegadas Tela tipo: LED Tela Widescreen, 4 K Voltagem: 110/220v; Conexões e entradas: HDMI, USB, AV, internet, wireless e Ethernet. Conversor digital; Sistema de som Digital e estéreo; Características Adicionais: Smart TV; Bluetooth Acompanha cabo de energia e controle remoto. Garantia mínima de 12 meses.</p>	Unid.	01
06	<p>KIT FOTOGRÁFICO PROFISSIONAL: 01 Câmera fotográfica completa; 01 Lente 24-105mm; 01 Flash Speedlight; 02 baterias extras avulsas.</p> <p>Conforme configurações abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> CÂMERA FOTOGRÁFICA Digital DSLR Full Frame; Foco: Automático e Manual Tipo Visor: Colorido, Lcd 3,2 Touch Screen; Formato Gravação Imagem: Raw e Jpeg; Resolução: 30.4 Megapixels; Interface: Usb; Tipo Memória: Sdxc, Sdhc, Sd; Capacidade Memória: mínimo 128 Gb; Alimentação Câmera: Bateria (inclusa); Conexões: Wifi e bluetooth integrados; Acessórios obrigatórios: Carregador de bateria, bateria, bolsa de transporte compatível. Garantia: 12 meses. 	Unid.	01

	<ul style="list-style-type: none"> • LENTE PARA CÂMERA Fotográfica tipo 24-105 mm; Abertura F4; Foco manual e automático; Compatível com a câmera DSLR acima. Garantia de 12 meses. • FLASH SPEEDLIGHT - Compatibilidade Equipamento: Câmera Fotográfica Digital; Tipo Alimentação: Pilha; Com Sincronização Direta com a Câmera; Cabeça giratória, Wireless; Sistema TTL; Painel digital, configuração de energia de 1/1 a 1/128; Sapata de metal; Número guia mínimo de 197; Compatibilidade com a câmera DSLR acima. Garantia de 12 meses. • BATERIAS EXTRAS COMPATÍVEL: 02 unidades 	
07	CARTÃO DE MEMÓRIA DE 128 GB: Micro SD Formato SDXC Adaptador SD para Micro SD	Unid. 03
08	HD EXTERNO 4 TB Conectividade rápida em USB 3.0 Cabo USB incluso.	Und. 01

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade tem por finalidade promover o turismo em Nova Friburgo contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da cidade, buscando criar uma imagem positiva do município e atrair investimentos turísticos e visitantes, além de elevar a autoestima da população local.

3.2 Pretende-se com esta aquisição proporcionar equipamentos de boa qualidade que ajudem a minimizar os atrasos na execução de tarefas, travamentos de software e diminuir os tempos de carregamento dos arquivos e dados, permitindo que os profissionais de marketing trabalhem de forma mais eficiente e concluam suas tarefas de maneira oportuna, já que a Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade tem por finalidade promover o turismo em Nova Friburgo contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do município.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam

suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

4.2 As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).

4.3 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

4.4 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1.1	Elemento de Despesa:	44.90.52.01
5.1.2	Fonte de Recurso:	170400000017
5.1.2	Programa de Trabalho:	17001.0412200012.002

5.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

6. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

6.1 O fornecimento será efetuado no endereço abaixo, com prazo de entrega não superior a 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho:

Secretaria requisitante:	Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade
Endereço:	Av. Alberto Braune 224 – Sala 2010 - Centro – Nova Friburgo - RJ
Horário de entrega:	Segunda a sexta-feira, das 09h às 17h.

6.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

6.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. DA LIQUIDAÇÃO

7.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto Municipal nº 2.493 de 07 de novembro de 2023.

8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto Municipal nº 2.493 de 07 de novembro de 2023., desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

8.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

8.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

9.1.1 Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;

9.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

9.1.4 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

9.1.5 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

9.1.6 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

9.1.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.8 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.9 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

10.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade, bem como ser responsável pelo frete, caso passível.

10.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade, para representá-la na execução do Contrato;

10.1.6 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

10.1.7 Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

10.1.8 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Turismo e Marketing da Cidade;

10.1.9 deverá apresentar os documentos referentes aos ensaios de flamabilidade ou documento similar, emitido por laboratório acreditado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, (INMETRO), atestando as características autoextinguíveis da mesma e certificado de ignifugação destes materiais, emitida por empresa registrada no Conselho Regional de Química (CRQ-RJ), acompanhada da Certidão de Anotação de Responsabilidade Técnica.

11. DA GARANTIA

11.1 Declarar, detalhadamente, a garantia dos equipamentos fornecidos, cujo prazo não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo.

12. MEDIDAS ACAUTELADORAS

12.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

14.1 O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no

curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

14.2 Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Paulo Victor Ferraz	063.326	Gestor titular
Juliano Combat Teixeira da Mota	115.246	Gestor substituto
David Fonseca	063.292	Fiscal titular
Milena de Queiroz Velloso Monteiro	062.895	Fiscal substituto

14.3 O (s) fiscal (is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

14.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

15.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos da Secretaria de Turismo e Marketing da cidade, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02a contratada que:

16.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

16.1.2. Apresentar documentação falsa;

16.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

16.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.5. Não mantiver a proposta;

16.1.6. Cometer fraude fiscal;

16.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

16.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre

os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

16.3. Licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções.

16.3.1. Advertência;

16.3.2. Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

16.3.3. Multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso)

16.3.4. Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

16.3.5. Multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

16.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

16.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

16.3.8. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

16.3.9. As sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia do interessado, o respetivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

16.3.10. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

18. DA RESCISÃO

18.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará à Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

18.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:

18.2.1 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade;

18.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade.

18.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo/RJ, 11 de dezembro 2023.

GESTOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> Paulo Victor Ferraz Matr.: 063.326	<hr/> David Fonseca Matr.: 063.292

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Renan da Silva Alves
Secretário Municipal de Turismo e Marketing da Cidade
Matr.: 062.790